actividade de prestação de serviços em Portugal.

ARTIGO 3.º

(Participação da Ordem dos Advogados)

Na elaboração do regime a que se referem os artigos anteriores participará a Ordem dos Advogados, através dos órgãos competentes, precedendo pública divulgação, pelo prazo de 30 dias, do diploma a publicar.

ARTIGO 4.º

(Duração)

A autorização legislativa conferida pela presente lei tem a duração de 120 dias a contar da sua entrada em vigor.

ARTIGO 5.º

(Entrada em vigor)

A presente lei entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.

Aprovada em 28 de Fevereiro de 1986.

O Presidente da Assembleia da República, *Fernando Monteiro do Amaral*.

Promulgada em 8 de Março de 1986.

Publique-se.

O Presidente da República, *ANTÓNIO RAMALHO EANES*.

Referendada em 8 de Março de 1986.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Portaria n.º 105/86

de 26 de Março

Ao abrigo do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 191-F/79, de 26 de Junho:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros das Finanças e dos Negócios Estrangeiros, criar no quadro de pessoal da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, anexo à Portaria n.º 961/80, de 11 de Novembro, um lugar de assessor, letra C, a extinguir quando vagar.

Os efeitos produzidos pelo disposto no presente diploma reportar-se-ão a 22 de Janeiro de 1985.

Ministérios das Finanças e dos Negócios Estrangeiros.

Assinada em 7 de Março de 1986.

Pelo Ministro das Finanças, *Rui Carlos Alvarez Carp*, Secretário de Estado do Orçamento. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Pedro José Rodrigues Pires de Miranda*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Portaria n.º 106/86

de 26 de Março

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros das Finanças e da Educação e Cultura, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 59/76, de 23 de Janeiro, o seguinte:

1.º No quadro de pessoal da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, fixado pela Portaria n.º 567/80, de 5 de Setembro, são corrigidas as seguintes designações de categorias:

- a) Na carreira de pessoal técnico-profissional, onde se lê «25 lugares de técnico auxiliar de BAD principal, de 1.ª classe ou de 2.ª classe» deve ler-se «25 lugares de auxiliar técnico de BAD principal, de 1.ª classe ou de 2.ª classe»;
- b) Na carreira de pessoal operário e auxiliar, onde se lê «3 lugares de encarregado principal, de 1.ª classe, de 2.ª classe ou de 3.ª classe» deve ler-se «3 lugares de encadernador principal, de 1.ª classe, de 2.ª classe ou de 3.ª classe».

2.º A carreira de pessoal operário e auxiliar do quadro a que se refere o número anterior é aditado um lugar de mecânico electricista principal, de 1.ª classe, de 2.ª classe ou de 3.ª classe, a que correspondem as letras de vencimento L, N, P ou Q.

3.º As alterações resultantes do disposto na presente portaria produzirão efeitos desde a data da entrada em vigor da Portaria n.º 567/80, de 5 de Setembro.

Ministérios das Finanças e da Educação e Cultura.

Assinada em 10 de Março de 1986.

O Ministro das Finanças, *Miguel José Ribeiro Cadilhe*. — Pelo Ministro da Educação e Cultura, *Fernando Nunes Ferreira Real*, Secretário de Estado do Ensino Superior.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

Portaria n.º 107/86

de 26 de Março

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça, ao abrigo do disposto no artigo 88.º do Decreto Regulamentar n.º 55/80, de 8 de Outubro, que os quadros dos oficiais das conservatórias a seguir identificadas sejam aumentados com as seguintes unidades:

- a) Conservatória do Registo Predial de Olhão:
Terceiro-ajudante — 1.
- b) Conservatória do Registo Predial de Portimão:
Terceiro-ajudante — 1;
Escriturário — 1.